

Argo Energia
Empreendimentos e
Participações S.A.

**Informações financeiras intermediárias referente ao trimestre
findo em 30 de junho de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias – ITR	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias - ITR	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO 2022
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022			30/06/2023	31/12/2022		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	130	149	30.776	25.813	Fornecedores	14	3.260	593	27.749	27.677
Títulos e valores mobiliários	5.1	49.082	48.714	279.889	397.459	Empréstimos e Financiamentos	19	171.152	225.853	321.397	374.256
Contas a receber de clientes	6	-	-	85.409	81.233	Debêntures	20	-	-	63.195	52.828
Despesas pagas antecipadamente	7	33	11	3.745	9.682	Obrigações tributárias	16	57	54	14.965	15.267
Ativo da concessão	8	-	-	934.524	902.162	Encargos sociais e trabalhistas	15	-	-	13.369	16.057
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	4.307	3.202	21.822	64.240	Obrigações regulatórias	17	-	-	10.438	9.295
Tributos a compensar	10	-	-	579	381	Dividendos a pagar	-	5.694	25.694	5.694	25.694
Dividendos a receber	-	8.132	31.840	132	132	Ações preferenciais resgatáveis	18	-	206.461	-	206.461
Contas a receber - Partes relacionadas	23	-	-	2.383	3.136	Provisões	21	-	-	16.621	20.669
Outros ativos	-	5	5	19.694	21.668	PIS e COFINS diferidos	22	-	-	83.005	80.317
Total do ativo circulante		61.689	83.921	1.378.953	1.505.906	Outros passivos	-	12.739	16.894	15.679	20.240
						Total do passivo circulante		192.902	475.549	572.112	848.761
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	14.985	16.894	159.151	157.213	Empréstimos e Financiamentos	19	-	-	2.756.651	2.777.136
Outros ativos	-	39.035	39.035	6.073	3.407	Debêntures	20	-	-	524.641	542.195
Ativo da concessão	8	-	-	6.667.749	6.515.714	Outros passivos	-	-	-	1.378	-
Investimentos	13	5.181.582	5.118.865	2.389.142	2.303.644	Provisões	21	-	-	10.000	10.000
Imobilizado	11	-	-	25.996	26.300	Provisões para Contingências	24	27	-	2.213	-
Intangível	12	-	-	154.952	159.938	Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	-	-	1.217.551	1.131.459
Total do ativo não circulante		5.235.602	5.174.794	9.403.063	9.166.216	PIS e COFINS diferidos	22	-	-	593.108	579.405
						Total do passivo não circulante		27	-	5.105.542	5.040.195
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25				
						Capital social	-	2.618.483	2.618.483	2.618.483	2.618.483
						Reservas de capital	-	(86.721)	(86.721)	(86.721)	(86.721)
						Reserva de lucros	-	2.100.997	2.100.997	2.100.997	2.100.997
						Dividendos adicionais propostos	-	150.407	150.407	150.407	150.407
						Lucros acumulados	-	321.196	-	321.196	-
						Total do patrimônio líquido	-	5.104.362	4.783.166	5.104.362	4.783.166
TOTAL DO ATIVO		5.297.291	5.258.715	10.782.016	10.672.122	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.297.291	5.258.715	10.782.016	10.672.122

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/04/2023 A 30/06/2023	01/01/2023 A 30/06/2023	01/04/2022 A 30/06/2022	01/01/2022 A 30/06/2022	01/04/2023 A 30/06/2023	01/01/2023 A 30/06/2023	01/04/2022 A 30/06/2022	01/01/2022 A 30/06/2022
RECEITA LÍQUIDA	26	-	-	-	-	239.957	577.515	359.387	806.553
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	27	-	-	-	-	(11.246)	(20.744)	(10.305)	(18.985)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	27	-	-	-	-	-	-	-	(19.057)
LUCRO BRUTO		-	-	-	-	228.711	556.771	349.082	768.511
DESPESAS OPERACIONAIS									
Gerais e administrativas	27	(311)	(489)	(1.528)	(2.400)	(12.950)	(20.731)	(9.534)	(18.074)
Amortização do direito de concessão	13	(1.240)	(4.739)	(935)	(1.157)	(1.241)	(4.739)	(935)	(1.157)
Resultado da equivalência patrimonial	13	130.034	347.157	156.546	404.499	29.577	85.503	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		128.483	341.929	154.083	400.942	244.097	616.804	338.613	749.280
RESULTADO FINANCEIRO									
Receitas financeiras	28	622	2.374	568	2.651	13.852	30.534	15.872	30.776
Despesas financeiras	28	(7.886)	(23.107)	(12.685)	(21.720)	(108.450)	(232.694)	(140.724)	(254.601)
		(7.264)	(20.733)	(12.117)	(19.069)	(94.598)	(202.160)	(124.852)	(223.825)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		121.219	321.196	141.966	381.873	149.499	414.644	213.761	525.455
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL									
Corrente	29	-	-	-	-	(4.093)	(7.583)	(1.923)	(3.673)
Diferido	29	-	-	-	-	(24.188)	(85.866)	(69.871)	(139.908)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		121.219	321.196	141.966	381.873	121.219	321.196	141.966	381.873
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO)	30	0,0689	0,1826	0,3937	1,0591	0,0689	0,1826	0,3937	1,0591

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2023 A 30/06/2023	01/01/2023 A 30/06/2023	01/04/2022 A 30/06/2022	01/01/2022 A 30/06/2022	01/04/2023 A 30/06/2023	01/01/2023 A 30/06/2023	01/04/2022 A 30/06/2022	01/01/2022 A 30/06/2022
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	121.219	321.196	141.966	381.873	121.219	321.196	141.966	381.873
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	121.219	321.196	141.966	381.873	121.219	321.196	141.966	381.873

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
 PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social		Reservas		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total	
	Nota explicativa	Subscrito e integralizado	de capital	legal				de lucro
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		528.483	(86.721)	51.409	1.494.413	150.407	-	2.137.991
Lucro líquido do período		-	-	-	-	381.873		381.873
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022		528.483	(86.721)	51.409	1.494.413	150.407	381.873	2.519.864
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		2.618.483	(86.721)	80.167	2.020.830	150.407	-	4.783.166
Lucro líquido do período		-	-	-	-	321.196		321.196
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		2.618.483	(86.721)	80.167	2.020.830	150.407	321.196	5.104.362

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		321.196	381.873	321.196	381.873
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	-	-	86.092	139.908
Provisão para PIS e Cofins diferidos	22	-	-	16.391	38.034
Amortização do direito de concessão - Aquisição Argo III e IV	13	4.739	1.157	4.739	1.157
Remuneração do ativo de concessão	8	-	-	(565.636)	(692.994)
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	8	-	-	-	(111.749)
Receita de construção	8	-	-	-	(29.344)
Receita de operação e manutenção	8	-	-	(68.329)	(60.400)
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	28	(2.279)	(2.834)	(29.890)	(32.241)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(347.157)	(404.499)	(85.376)	-
Depreciação e Amortização	10 e 11	-	-	1.816	(166)
Provisões de contingências passivas		27	-	2.213	-
Juros sobre financiamentos e debentures	18 e 19	13.967	10.910	213.315	224.816
Amortização do custo de transação	18 e 19	-	-	3.759	10.993
Caixa gerado pelas operações		(9.507)	(2.400)	(99.711)	(130.113)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	6	-	-	(4.176)	(15.056)
Ativo de concessão	8	-	-	449.568	422.684
Contas a receber (partes relacionadas)	23	23.708	(5.321)	753	-
Despesas pagas antecipadamente	7	(22)	(38)	5.937	107
Tributos a compensar	10	(1.105)	(833)	(198)	(4.367)
Outros créditos		-	(4)	(690)	(3.364)
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	-	-	43.524	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	14	2.667	160	72	5.645
Imposto de renda e contribuição social	29	-	-	-	(2.614)
Encargos e obrigações trabalhistas	15	-	-	(2.688)	(3.092)
Obrigações tributárias	16	3	56	(302)	5.211
Obrigações regulatórias	17	-	-	1.143	1.737
Provisões	21	-	-	(4.049)	5.935
Provisões para Contingências	24	-	-	-	-
Outros passivos		(4.155)	(35)	(3.183)	(65.969)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(1.106)	(3.779)
Caixa líquido gerado/usado nas atividades operacionais		11.589	(8.415)	384.894	212.965
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	-	-	(1.386)	(1.273)
Aquisição de controlada	13	-	(410.086)	-	(410.086)
Aporte de capital em controlada	13	-	(67.328)	-	-
Aplicação em Títulos e valores mobiliários	5.1	76.200	116.647	(379.233)	205.418
Resgates em títulos e valores mobiliários	5.1	(74.289)	(15.875)	523.333	-
Dividendos recebidos		279.701	200.000	-	-
Caixa líquido gerado/usado nas atividades de investimento		281.612	(176.642)	142.714	(205.941)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	18 e 19	164.846	200.000	164.846	200.000
Pagamento de principal de empréstimos, financiamentos e debentures	18 e 19	(200.000)	-	(290.162)	(192.342)
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debentures	18 e 19	(33.514)	-	(172.290)	-
Pagamento de remuneração de ações preferenciais	18	(200.000)	(10.469)	(200.000)	(10.469)
Pagamento de juros de ações preferenciais	18	(6.461)	-	(6.461)	-
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	1.909	-	1.422	1.424
Dividendos pagos		(20.000)	(3.348)	(20.000)	(3.348)
Dividendos a pagar		-	-	-	-
Caixa líquido gerado/usado nas atividades de financiamento		(293.220)	186.183	(522.645)	(4.735)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(19)	1.127	4.963	2.289
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	149	54	25.813	20.457
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	130	1.181	30.776	22.746
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(19)	1.127	4.963	2.289

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
RECEITAS				
Receitas relativas à construção de ativos próprios e ganho de eficiência	-	-	6.146	141.083
Receitas relativas à operação e manutenção	-	-	68.330	60.400
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	-	-	565.635	692.994
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Serviços de terceiros	(489)	(2.400)	(17.982)	(32.536)
Outros	-	-	-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	(489)	(2.400)	622.129	861.941
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(4.739)	(1.157)	(6.555)	(1.323)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(5.228)	(3.557)	615.574	860.618
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial	347.157	404.499	85.503	-
Receitas financeiras	2.525	2.834	30.534	32.240
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	344.454	403.776	731.611	892.858
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	344.454	403.776	731.611	892.858
Pessoal				
Remuneração direta	-	-	21.502	23.296
Benefícios	-	-	18.155	20.077
FGTS	-	-	2.292	2.110
	-	-	1.055	1.109
Impostos, taxas e contribuições				
Tributos federais	207	183	156.348	231.675
	207	183	156.348	231.675
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	23.051	21.720	232.565	256.014
	23.051	21.720	232.565	256.014
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido do período	321.196	381.873	321.196	381.873
	321.196	381.873	321.196	381.873

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, listada como categoria “B” na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 23 de março de 2016.

A Companhia tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista. Adicionalmente, a Companhia poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPes.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia detém as seguintes participações societárias:

	Classificação	Participação - %	
		30/06/2023	31/12/2022
Argo Transmissão de Energia S.A. (“Argo I”)	Controlada	100%	100%
Argo II Transmissão de Energia S.A. (“Argo II”)	Controlada	100%	100%
Argo III Transmissão de Energia S.A. (“Argo III”)	Controlada	100%	100%
Argo IV Transmissão de Energia S.A. (“Argo IV”)	Controlada	100%	-
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. (“Argeb”)	Controlada em conjunto	62,5%	-

a) Argo I

Em 13 de abril de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e Pátria Infraestrutura III - FIP (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Bacabeira - Tianguá - Pecém. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2016.

Em 27 de junho de 2016, a Argo I assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 09/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelas linhas de transmissão: LT 500 kV Bacabeira - Parnaíba III C1 e C2, circuito simples, com aproximadamente 312 km cada; LT 500kV Parnaíba III - Acaraú III, circuito simples, com aproximadamente 191 km; LT 500kV Acaraú III - Pecém II, circuito simples, com aproximadamente 161 km; LT 500 kV Acaraú III - Tianguá II, circuito simples, com aproximadamente 150 km; Subestação Bacabeira 500 kV; Subestação Paranaíba III 500 kV e Compensador Estático (-150/300) Mvar; Subestação Acaraú II 500 kV; Subestação Tianguá II 500 kV; e respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo I teve um investimento total de aproximadamente R\$ 2.230.000. A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em R\$404.961 (valor original) na data do leilão e atualizada para R\$ 580.939 (valor para o ciclo 2022-2023) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo I.

Em 14 de maio de 2019, a Companhia obteve a Licença de Operação nº 1517/2019 (5027595), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para a Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira – Pecém II, referente ao Lote A do Leilão ANEEL nº 13/2015, Contrato de Concessão nº 09/2016 – ANEEL.

A Licença de Operação corresponde à autorização do IBAMA para a operação do empreendimento ou da atividade, após verificar o cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e as condições determinadas para a operação.

Em 7 de setembro de 2019, a Companhia disponibilizou seus ativos para operação parcial, dessa forma, antecipando parcialmente o início de recebimento da RAP em cerca de 21 meses. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Em janeiro de 2020, ocorreu a entrada em operação definitiva, quando a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema a TDL (termo de liberação definitivo) para incorporação ao Sistema Nacional Integrado. O ganho proveniente desta entrada antecipada em operação foi mensurado considerando o fluxo proporcional da RAP de 21 meses descontada a valor presente e foi reconhecido no resultado daquele exercício.

b) Argo II

Em 28 de outubro de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e FIP P2 Brasil Infraestrutura (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão da Subestação Janaúba 3 - Compensadores Síncronos. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2016.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Argo II assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 16/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas por dois Compensadores Síncronos de Reativos em 500Kv na Subestação Janaúba III, - 90/+150 Mvar cada, incluindo transformadores elevadores e respectivas conexões, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo II finalizou a construção total do empreendimento, e conseqüentemente reconheceu o ganho na entrada em operação pós recebimento do TLD - Termo de liberação definitiva da ANEEL em fevereiro de 2022. O montante de ganho reconhecido no resultado do exercício foi de R\$ 89.571.

A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes

consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

c) Argo III

Em 7 de março de 2017, a Cobra Brasil Serviços, Comunicação e Energia S.A. (“Cobra Brasil”), ex-acionista da Companhia, foi declarada vencedora do Lote 32 do Leilão Público ANEEL nº 05/2016, realizado na BM&FBOVESPA para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica.

No dia 10 de agosto de 2017, a Argo III assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 49/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de novembro de 2018, a Companhia e a Cobra Brasil assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual a Companhia adquire 100% do capital social da Guaporé Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo III Transmissão de Energia S.A. (“Argo III”). Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 9 c).

As instalações de transmissão que estão localizadas no estado de Rondônia, são compostas pela Linha de Transmissão Samuel - Ariquemes, C4,230 kV, com extensão de 145 km; Linha de Transmissão Ariquemes - Ji-Parana, C4, 230 kV, com extensão de 165 km; Compensador Síncrono de Reativos na SE 230 kV Ji-Parana de (-90+150) Mvar; Compensador Síncrono de Reativos na SE 230 kV Ariquemes de (-90+150) Mvar; Novo pátio de 9 kV na Subestação Coletora Porto Velho, 2x (90+10) MVA; Novo pátio de 138 kV na Subestação Jaru, (3+1) 16,7 MVA; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo III finalizou a construção total do empreendimento, e conseqüentemente reconheceu o ganho na entrada em operação pós recebimento do TLD - Termo de liberação definitiva da ANEEL em fevereiro de 2022. O montante de ganho reconhecido no resultado do exercício foi de R\$ 22.178.

O ganho proveniente desta entrada antecipada em operação foi mensurado considerando o fluxo proporcional da RAP de 21 meses descontada a valor presente e foi reconhecido no resultado desse exercício.

d) Argo IV

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia e a Rialma III Transmissão de Energia S.A. assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual a Companhia adquire 100% do capital social da Rialma Transmissora de Energia III., antiga denominação social da Argo IV Transmissão de Energia S.A. (“Argo IV”).

A Argo IV Transmissão de Energia S.A. (anteriormente denominada Rialma Transmissora de Energia III

S.A.) (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de junho de 2017, com sede na cidade de São Paulo - SP. A Companhia iniciou suas operações comerciais em julho de 2021.

Tem por objeto a transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção da instalação de transmissão pelo prazo de 30 (trinta) anos, referente ao lote 30, objeto de leilão da ANEEL, composto pelas instalações localizadas no estado de Piauí, Pernambuco e Ceará, compostas pela linha de transmissão Milagres II, Queimada Nova II, em 500 kv com extensão aproximada de 322 km, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 11 de agosto de 2017 e do Edital do Leilão ANEEL nº 05/2016.

A Companhia finalizou a construção total do empreendimento em julho de 2021, e o investimento total previsto é de aproximadamente R\$ 465.848. A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$ 63.900 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 86.442 (valor para o ciclo 2021-2022), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo IV.

A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

e) Argeb

A Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, listada como categoria “B” na Bolsa de Valores de São Paulo - B3, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 02 de agosto de 2022.

A Argeb tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista. Adicionalmente, a Argeb poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

Em 30 de junho de 2023, a Argeb detém 100% de participações societárias nas companhias: Argo V Transmissão de Energia S.A. (“Argo V”), Argo VI Transmissão de Energia S.A. (“Argo VI”), Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Argo VII”), Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. (“Argo VIII”), Argo IX Transmissão de Energia S.A. (“Argo IX”).

Controlada Argeb	Contrato de concessão	Vigência	RAP Atualizada	RAP Histórica
Argo V Transmissão de Energia S.A	Nº 17/2014	30 anos	100.904	45.569
Argo VI Transmissão de Energia S.A	Nº 18/2014	30 anos	89.820	48.835
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A	Nº 05/2015	30 anos	260.506	144.600
Giovanni Sanguinetti transmissora de energia S.A	Nº 11/2017	30 anos	154.407	114.558
Argo IX Transmissão de Energia S.A	Nº 17/2017	30 anos	174.570	130.510

1.1. Capital circulante líquido - CCL

A Companhia apresentou no nível da controladora em 30 de junho de 2023 o montante de CCL negativo de R\$ 131.213 (423.486 em 31 de dezembro de 2022). Destacam-se como principais fatores para este cenário a captação da Nota de Crédito de Curto Prazo, em março de 2023 para liquidação de compromissos de curto prazo, com vencimento em março 2024, além da liquidação das ações preferenciais resgatáveis em abril de 2023. Dentro deste contexto, seguindo o planejamento financeiro da Companhia, com a concretização da entrada integral das operações das subsidiárias Argo II Transmissão de Energia S.A., Argo III Transmissão de Energia S.A e Argo IV Transmissão de Energia S.A., bem como, o recebimento de dividendos adicionais e intermediários de suas controladas, os quais, com exceção da Argo I que obteve a aprovação em fevereiro de 2023, serão submetidos a aprovação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e em caso de anuência serão pagos das SPE's para a Companhia. A Companhia também destaca que em caso de não anuência para tal distribuição de dividendos, será avaliada a captação de empréstimos de curto prazo ou o alongamento do vencimento das notas de crédito. A Administração entende que possui liquidez satisfatória, e ressalta que conta com disponibilidade de linhas de créditos junto as instituições financeiras para honrar seus compromissos de curto prazo, se necessário.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com as com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis á elaboração das Informações Trimestrais – ITRS e legislação específica emanada pela ANEEL , quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi aprovada e autorizada pela administração em 10 de agosto de 2023. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de

apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

(a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.

(b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, e (iii) remuneração financeira (variação monetária) sobre o ativo de contrato que é determinada de acordo a variação do IPCA.

(c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 31 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

(e) Controle conjunto: conforme mencionado no IFRS 11/CPC 19, o empreendedor em conjunto deve reconhecer seus interesses em empreendimento controlado em conjunto (joint venture) como investimento e deve contabilizar esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, a menos que a entidade esteja isenta da aplicação do método da equivalência patrimonial, conforme especificado no Pronunciamento e se permitido legalmente. Visto isso, a Companhia conclui que possui controle conjunto sobre a sociedade Argeb, e que, apesar de deter 62,5% de participação, a acionista não exerce controle sobre a dita sociedade de acordo com os termos estabelecidos no IFRS 11/CPC 19.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 29).

2.5. Informação por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos

empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e os critérios contábeis adotados no preparo destas informações financeiras intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, publicadas em 31 de janeiro de 2023, e, portanto, devem ser analisados em conjunto.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	110	72	29.558	24.617
Aplicações automáticas (*)	20	77	1.218	1.196
Total	130	149	30.776	25.813

(*) Referem-se a aplicações financeiras em títulos privados representadas, substancialmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs que possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. O rendimento das aplicações automáticas em 30 de junho de 2023 foi de 20% do CDI (20% no período findo em dezembro de 2022). Todas as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

5.1. Circulante

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Títulos e valores mobiliários (*)	49.082	48.714	279.889	397.459
Total	49.082	48.714	279.889	397.459

(*) Aplicações financeiras realizadas em CDB de instituições financeiras e em Fundos Santander e Itaú Referenciados DI, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 103,94% do CDI em 30 de junho de 2023 (102% no período findo em 31 de dezembro de 2022). As carteiras dos Fundos são compostas exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2. Não Circulante - Fundos vinculados – Caixa restrito

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Conta Reserva (**)	14.985	16.894	159.151	157.213
Total	14.985	16.894	159.151	157.213

(**) Controladora: inclui fundos em garantia relacionada a transação de compra do investimento Argo IV, e no Consolidado: para fins de garantia da operação da primeira emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES, o montante equivalente a 2,80% sobre o valor desembolsado referente ao financiamento com o BNB e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento de títulos públicos de renda fixa referenciado DI no Banco Bradesco com remuneração média de 98,10% do CDI em 30 de junho de 2023 (90,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	85.409	81.233
Total	85.409	81.233

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	30/06/2023	31/12/2022
Títulos a vencer	73.377	75.149
Títulos vencidos em até 30 dias	3.233	-
Títulos vencidos em até 90 dias	1.489	1.502
Títulos vencidos há mais de 90 dias	7.310	4.582
Total	85.409	81.233

7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Seguros a apropriar (*)	33	11	213	704
Fianças bancárias	-	-	3.532	8.978
Total	33	11	3.745	9.682

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 32.

8. ATIVO DA CONCESSÃO (CONSOLIDADO)

8.1 Composição do Ativo da Concessão

	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Receita de construção	4.253.887	4.253.887
Receita de remuneração do ativo de contrato	3.704.052	3.132.383
Recebimentos	(2.513.462)	(2.057.859)
Receita de operação e manutenção	396.855	328.524
Aquisição Argo IV	906.708	906.708
Ganho de eficiência (*)	854.233	854.233
Total	7.602.273	7.417.876

Classificados como:

Circulante	934.524	902.162
Não Circulante	6.667.749	6.515.714

(*) Reconhecimento pela entrada antecipada da operação da controlada Argo I, Argo II e Argo III. O valor foi mensurado considerando a antecipação da RAP adicional trazida a valor presente quando da conclusão definitiva da construção e recebimento da TDL – Termo de Liberação Definitivo para a operação interligada ao SIN sem pendências emitido pela ONS – Operador do Sistema Nacional.

8.2 Margens de Obrigações e Performance

	30/06/2023	30/06/2022
Margem de Construção		
Receita	-	29.344
Custos	-	(19.057)
Margem (R\$)	-	10.287
Margem Percebida (%)		35,06%
	30/06/2023	30/06/2022
Margem de O&M		
Receita	68.329	60.400
Custos	(20.744)	(18.985)
Margem (R\$)	47.585	41.415
Margem Percebida (%)	69,64%	68,57%

8.3 Movimentação dos saldos do Ativo da Concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.417.876
Receita de remuneração do ativo de contrato/ Variação Monetária	565.635
Receita de operação e manutenção	68.329
Recebimentos	(449.568)
Saldo em 30 de junho de 2023	7.602.273

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Imposto de renda a compensar	4.307	3.202	21.822	57.581
Contribuição social a compensar	-	-	-	6.659
Total	4.307	3.202	21.822	64.240

10. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
PIS a compensar	51	15
COFINS a compensar	233	70
Outros tributos a compensar	295	296
Total	579	381

11. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

11.1. Composição do imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação	30/06/2023		31/12/2022	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	6,71%	23.917	(4.907)	19.010	18.841
Veículos	13,16%	8.901	(2.838)	6.063	6.625
Móveis e utensílios	5,24%	1.902	(979)	923	834
Total		34.720	(8.724)	25.996	26.300

11.2. Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2022	Adições / Baixas	Transferências	Em Curso	Depreciação	Saldos em 30/06/2023
Máquinas e equipamentos	19.200	869	-	68	(765)	19.372
Veículos	6.174	(105)	-	-	(527)	5.542
Móveis e utensílios	926	172	41	-	(57)	1.082
Total	26.300	936	41	68	(1.349)	25.996

12. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

12.1. Composição do intangível

	30/06/2023			31/12/2022
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	2.698	(1.081)	1.617	1.278
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	25.226	(3.847)	21.379	21.823
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo IV	138.315	(6.359)	131.956	136.837
Total	166.239	(11.287)	154.952	159.938

12.2. Movimentação do intangível

	31/12/2022	Adições	Amortização	30/06/2022
Softwares	1.278	553	(214)	1.617
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	21.823	-	(444)	21.379
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo IV	136.837	-	(4.881)	131.956
Total	159.938	553	(5.539)	154.952

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

13.1. Investimentos Controladora

	30/06/2023	31/12/2022
Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial	5.061.729	4.994.273
Direito de Concessão (*)	119.853	124.592
Total	5.181.582	5.118.865

(*) Refere-se ao valor justo do direito de concessão na aquisição de controladas em conjunto.

A movimentação dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial é conforme segue:

Investidas	Saldo em 31/12/2022	Amortização do direito de Exploração III e IV	Dividendos recebidos	Dividendos a receber	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2023
Argo I (a)	1.867.824	-	(236.874)	-	189.524	1.820.474
Argo II (a)	275.496	-	-	-	23.500	298.996
Argo III (a)	164.730	(444)	(22.827)	-	15.946	157.405
Argo IV (a)	507.049	(4.295)	(12.000)	(8.000)	32.811	515.565
Argeb (b)	2.303.766	-	-	-	85.376	2.389.142
Total	5.118.865	(4.739)	(271.701)	(8.000)	347.157	5.181.582

(a) Empresas controladas

(b) Empresa controlada em conjunto

13.2. Controladas

As controladas são concessionárias de transmissão de energia elétrica. As informações relevantes, incluindo o percentual de participação da Companhia em cada uma das controladas, está demonstrada a seguir:

30/06/2023

Controladas	Quantidade de ações	% de participação	Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio Líquido	Resultado das controladas
Argo I	499.811.000	100%	499.811	5.681.484	3.861.006	1.820.478	189.524
Argo II	38.045.000	100%	38.045	533.538	234.542	298.996	23.500
Argo III	116.250.000	100%	116.250	948.289	812.264	136.025	15.946
Argo IV	172.825.949	100%	172.826	1.017.710	600.623	417.087	32.684

31/12/2022

Controlada	Quantidade de ações	% de participação	Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio Líquido	Resultado das controladas
Argo I	499.811.000	100%	499.811	5.717.434	3.849.610	1.867.823	368.012
Argo II	38.045.000	100%	38.045	506.504	231.007	275.497	133.096
Argo III	116.250.000	100%	116.250	924.634	781.728	142.906	55.082
Argo IV	172.825.949	100%	172.826	995.166	590.763	404.403	(25.104)

13.3. Empreendimento Controlado em Conjunto

Todas as informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos dos empreendimentos controlados em conjunto que, na avaliação da Companhia, considerados relevantes:

Negócios em conjunto	Quantidade de ações	% de participação	30/06/2023			Patrimônio Líquido	Lucro no período
			Capital social	Ativo total	Passivo total		
Argeb	9.048.628	62,5%	9.049	4.569.776	(747.149)	(3.822.625)	136.601

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	3.260	593	27.749	27.442
Outros	-	-	-	235
Total	3.260	593	27.749	27.677

15. ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS (CONSOLIDADO)

	30/06/2023	31/12/2022
Salários	200	-
Provisão de bônus	5.915	9.963
Décimo terceiro salário	1.091	-
Provisão de férias	2.969	2.673
Encargos trabalhistas	3.194	3.421
Total	13.369	16.057

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	57	54	14.625	14.725
ISS de terceiros	-	-	161	243
Outros tributos	-	-	179	299
Total	57	54	14.965	15.267

17. OBRIGAÇÕES REGULATÓRIAS (CONSOLIDADO)

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão para P&D	7.738	6.779
Encargos regulatórios a recolher (*)	2.700	2.516
Total	10.438	9.295

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

18. AÇÕES PREFERÊNCIAS RESGATÁVEIS

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
17. OBRIGAÇÕES REGULATÓRIAS (CONSOLIDADO)		
Ações preferenciais resgatáveis	-	200.000
Juros	-	6.461
Total		206.461

Em 20 de fevereiro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, no montante total de R\$200.000 remunerados à taxa CDI. Os pagamentos dos dividendos fixos são pagos semestralmente, sendo o último pagamento realizado em setembro de 2022 no montante de R\$ 10.978.

O resgate ocorreu em 28 de abril de 2023, e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totalizavam 38.155.607. Os valores de emissão e de resgate por ação, estão demonstrados a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Argo Energia Empreendimentos e Participações S. A	5,24169	1,76143	3,48026

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$ 67.208, e parte como reserva especial de ágio no montante de R\$ 132.792. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais (IFRS), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo).

Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de dividendos fixos.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

- a) Em 9 de abril de 2018, a controlada Argo I firmou contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$1.543.357, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo do projeto. Em 31 de dezembro de 2019, o total captado é de R\$1.543.357. Sobre o financiamento incidirão juros de 2,70% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de dezembro de 2021, e sua com liquidação prevista em 15 de novembro de 2035.

- b) Em 3 de junho de 2019, a controlada Argo III firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$465.000, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo de seus projetos. O financiamento será remunerado de IPCA adicionado de 5,30% de juros. Esse financiamento será pago em 240 (duzentos e quarenta) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de março de 2023, com liquidação prevista para 15 de fevereiro de 2043.
- c) Em 17 de julho de 2019, a controlada Argo II celebrou, com a interveniência da Companhia, o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 19.2.0290.1 junto ao BNDES, mediante a abertura de crédito no valor de R\$152.180, destinado à implantação das instalações de transmissão objeto do Lote 18 do Leilão ANEEL nº 13/2015 – Segunda Etapa, de 28 de outubro de 2016, conforme previsto no Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 16/2017-ANEEL, de 10 de fevereiro de 2017, e posteriores aditivos. O financiamento será remunerado de IPCA adicionado de 4,49% de juros. Esse financiamento será pago em 247 (duzentos e quarenta e sete) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de setembro de 2022, com liquidação prevista para 15 de março de 2043.
- d) Em 28 de junho de 2019, a Rialma Transmissora de Energia III S.A. (antiga denominação da Argo IV) firmou o contrato de financiamento nº 183.2019.754.9368 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB) no montante R\$ 340.017 remuneração pela taxa de juros 2,281% a.a. + IPCA corrigido pela inflação. O financiamento será pago em 216 (duzentas e dezesseis) com os seus vencimentos todo dia 15 com liquidação prevista até 15 de setembro de 2039.
- e) Em 21 de janeiro de 2022, a controladora Argo Holding firmou contrato de Notas Promissórias 1º emissão com o Banco Itaú S.A., no montante total de R\$ 200.000 destinados a recursos captados para pagamento do preço de aquisição das ações de emissão da Argo IV transmissão de energia S.A. Elas serão remuneradas de 100% do CDI + taxa de juros spread de 1,30% ao ano. A liquidação ocorreu em parcela única em 27 de março de 2023 do principal e juros incorridos.

19.1. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2022	Aquisição	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Juros incorridos	Saldo em 30/06/2023
Banco Itaú – NP (e)	225.938	-	(200.000)	(33.514)	7.576	-
Banco Itaú – NC	-	165.000	-	-	6.391	171.391
(-) Custo a amortizar	(85)	(154)	-	-	-	(239)
Total	225.853	164.846	(200.000)	(33.514)	13.967	171.152

Instituição Financeira	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2022	Aquisições	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Juros e Variação monetária	Custos a amortizar	Saldo em 30/06/2023
BNDES (a) - Argo I	1.908.265	-	(41.940)	(79.121)	90.780	-	1.877.984
BNDES (b) - Argo III	658.680	-	(8.925)	(19.849)	44.188	-	674.094
BNDES (c) - Argo II	194.192	-	(3.971)	(4.244)	11.063	-	197.040
BNDES (d) - Argo IV	318.039	-	(8.205)	(14.638)	12.582	-	307.778
Itaú (e) - Argo	225.938	165.000	(200.000)	(33.514)	13.967	-	171.391
(-) Custos a amortizar	(153.722)	(153)	-	-	-	3.636	(150.239)
Total	3.151.392	164.847	(263.041)	(151.366)	172.580	3.636	3.078.048

Classificados como:

Circulante	374.256	321.397
Não Circulante	2.777.136	2.756.651

Vencimento das parcelas

Em 30 de junho de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>30/06/2023</u>
2024	70.196
2025	150.179
2026	159.754
2027 em diante	<u>2.376.522</u>
Total	<u>2.756.651</u>

Garantias

Argo I

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo I;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de fevereiro de 2023 preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Argo II

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo II;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Argo III

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo III;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Argo IV

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo IV;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Cláusulas restritivas

A Companhia, por meio de suas controladas, possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A controladas possuem as seguintes cláusulas:

Argo I

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas tornaram-se exigíveis a partir da amortização do principal que ocorreu em 15 de novembro de 2021.

Argo II

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas financeiras tornaram-se exigíveis a partir da amortização do principal que ocorreu em 15 de setembro de 2022.

Argo III

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas financeiras são exigíveis a partir da amortização inicial do principal que ocorreu em 15 de março de 2023.

A Administração da Companhia e de suas controladas realizam o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas nos contratos de financiamentos.

Argo IV

Em 30 de junho de 2023, a Companhia não identificou cláusulas restritivas de financiamentos vigentes.

20. DEBÊNTURES (CONSOLIDADO)

Única emissão de debêntures

Em 24 de agosto de 2018, a Controlada Argo I realizou a Primeira Emissão de Debêntures, de distribuição pública com esforços restritos (“ICVM 476”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 454.500, com vencimento em dezembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 7,0176% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de

transmissão objeto do Lote A – Leilão nº 13/2015-ANEEL.

Movimentação das debêntures

	Saldo final 31/12/2021	Juros e Variação monetária	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Custos de transação	Saldo final 31/12/2022	Juros e Variação monetária	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Custos de transação	Saldo final 30/06/2023
Debêntures	606.995	78.287	(43.455)	(47.051)	247	595.023	40.735	(27.121)	(20.924)	123	587.836
Total	606.995	78.287	(43.455)	(47.051)	247	595.023	40.735	(27.121)	(20.924)	123	587.836
Classificado como:											
Circulante						52.828					63.195
Não Circulante						542.195					524.641

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 30 de junho de 2023, os vencimentos das parcelas a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>30/06/2023</u>
2024	34.093
2025	55.780
2026	57.587
2027 em diante	377.181
TOTAL	<u>524.641</u>

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como *compliance* com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

De acordo com o contrato de debêntures, as cláusulas restritivas são exigíveis a partir da amortização do principal, teve início em 15 de dezembro de 2021. A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

21. PROVISÕES (CONSOLIDADO)

Em atendimento ao contrato de concessão de transmissão, as controladas Argo I, II, III e IV estimaram os custos a incorrer para a conclusão dos projetos de compensação ambiental, regularização das áreas de servidão, gastos referentes ao encerramento das obras e fornecimento de materiais e demais obrigações.

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compensação ambiental	15.605	19.577
Outras provisões	11.016	11.092
Total	<u>26.621</u>	<u>30.669</u>
Circulante	16.621	20.669
Não circulante	10.000	10.000

22. PIS E COFINS DIFERIDOS - CONSOLIDADO

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% (3,65% para a ARGO II) das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os períodos findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>624.916</u>
Constituição	115.037
Amortização	(80.231)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>659.722</u>
Constituição	61.043
Amortização	(44.653)
Saldos em 30 de junho de 2023	<u>676.113</u>

Classificados como:

Circulante	83.005
Não circulante	593.108

23. PARTES RELACIONADAS

O saldo do passivo com partes relacionadas em 30 de junho de 2023 no montante de R\$ 2.383 (R\$ 3.136 em 31 de

dezembro de 2022), representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

	Parte relacionada	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	30/06/2022
		Ativo	Ativo	Resultado	Resultado
Contas a Receber	Argo V	391	405	1.349	-
Contas a Receber	Argo VI	292	364	1.202	-
Contas a Receber	Argo VII	799	1.046	3.471	-
Contas a Receber	Argo VIII	418	620	2.063	-
Contas a Receber	Argo IX	483	701	2.333	-
Total		2.383	3.136	10.418	-

23.1. Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 5.225 e R\$ 7.161, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é paga pela Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	1.789	3.659
Encargos sociais	877	943
Bônus	2.559	2.559
Total	5.225	7.161

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em demandas trabalhistas e cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 30 de junho de 2023, na opinião de seus assessores jurídicos externos, os processos judiciais de natureza fundiária com probabilidade de perda provável perfazem o montante de R\$ 2.186 (sem montante em 31 de dezembro de 2022) e de natureza trabalhista no montante de R\$ 27 (sem montante em 31 de dezembro de 2022).

	31/12/2022	Provisões	30/06/2023
Cíveis	-	2.186	2.186
Trabalhistas	-	27	27
Total	-	2.213	2.213

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendências nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de junho de 2023 estavam assim representadas:

	<u>30/06/2023</u>
Argo Holding	26
Argo I	6.824
Argo III	2.252
Argo IV	58
Total	9.160

Contingências passivas com avaliação de risco possível

25. PATRIMONIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2023, o capital subscrito é de R\$ 2.618.484, totalmente integralizado, sendo representado por 1.759.419.386 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	30/06/2023		31/12/2022	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Red Electrica Brasil Holding Ltda.	879.710	50%	879.710	50%
Grupo Energia Bogotá S.A.	879.710	50%	879.710	50%
Total	1.759.420	100%	1.759.420	100%

25.1 Reservas de Lucros

(a) Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

(b) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou R\$ 526.417 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

25.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a

destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia pagou R\$ 11.475 para dividendos complementares. Os dividendos complementares são imputáveis nos dividendos mínimos e por isso não foi destinado dividendos em 2022.

26. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

	Consolidado			
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
Receita de construção	-	-	-	29.344
Ganho de eficiência	-	-	-	111.739
Receita de remuneração do ativo da concessão	227.007	565.635	367.198	692.994
Outras receitas	7.532	8.570	-	-
Receita de operação e manutenção	34.165	68.330	31.212	60.400
Parcela Variável e outras deduções	(2.114)	(2.424)	(419)	(3.521)
Receita bruta	266.590	640.111	397.991	890.956
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(3.233)	(16.392)	(17.836)	(40.434)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(20.483)	(40.476)	(17.557)	(39.092)
(-) Encargos regulatórios	(2.917)	(5.728)	(3.211)	(4.877)
Receita líquida	239.957	577.515	359.387	806.553

27. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora			
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
Serviços de terceiros	(75)	(230)	(1.442)	(2.270)
Seguros	(30)	(30)	-	-
Amortização do direito de concessão	(1.240)	(4.738)	(935)	(1.157)
Outros	(206)	(230)	(86)	(130)
Total	(1.551)	(5.228)	(2.463)	(3.557)
Valores alocados a:				
Despesas gerais e administrativas	(311)	(490)	(1.528)	(2.400)
Amortização do direito de concessão	(1.240)	(4.738)	(935)	(1.157)

Consolidado				
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
Serviços de terceiros	(7.045)	(12.443)	(7.038)	(11.413)
Custo de construção	-	-	-	(18.908)
Pessoal	(11.457)	(21.500)	(11.417)	(23.297)
Arrendamentos e aluguéis	(334)	(612)	(232)	(516)
Depreciação e Amortização	(1.349)	(1.816)	(89)	(166)
Seguros	(584)	(584)	-	-
Tributos	(125)	(175)	(64)	(117)
Materiais	(3.134)	(3.515)	(269)	(347)
Amortização do direito de concessão	(1.240)	(4.738)	(935)	(1.157)
Outros	(168)	(829)	(731)	(1.203)
Total	(25.436)	(46.212)	(20.775)	(57.124)
Valores alocados a:				
Custos de operação e manutenção	(11.246)	(20.744)	(10.305)	(18.985)
Custos de construção	-	-	-	(18.908)
Despesas gerais e administrativas	(12.950)	(20.730)	(9.535)	(18.074)
Amortização do direito de concessão	(1.240)	(4.738)	(935)	(1.157)

28. RESULTADO FINANCEIRO

Controladora				
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	747	2.279	599	2.784
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(151)	(151)	(81)	(183)
Outras receitas financeiras	26	246	50	50
Total	622	2.374	568	2.651
Despesas financeiras:				
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(4)	(56)	(1)	-
Juros e variação monetária	(5.746)	(13.969)	(10.909)	(10.910)
Outras despesas financeiras	(2.136)	(9.082)	(1.775)	(10.810)
Total	(7.886)	(23.107)	(12.685)	(21.720)
Resultado financeiro líquido	(7.264)	(20.733)	(12.117)	(19.069)

	Consolidado			
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	14.106	29.890	16.350	31.946
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(768)	(1.371)	(773)	(1.464)
Outras receitas financeiras	514	2.015	295	294
Total	13.852	30.534	15.872	30.776
Despesas financeiras:				
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(62)	(129)	(26)	(52)
Juros e variação monetária	(101.651)	(212.857)	(130.311)	(235.809)
Outras despesas financeiras	(6.737)	(19.708)	(10.387)	(18.740)
Total	(108.450)	(232.694)	(140.724)	(254.601)
Resultado financeiro líquido	(94.598)	(202.160)	(124.852)	(223.825)

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE E DIFERIDOS

29.1. Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação das despesas com IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido corrente apresentada no resultado nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022 é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2023 A 30/06/2023	01/01/2022 A 30/06/2022	01/01/2023 A 30/06/2023	01/01/2022 A 30/06/2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	21.195	141.966	359.455	525.454
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(7.206)	(48.268)	(122.215)	(178.654)
Benefício fiscal	-	-	24.854	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	6.446
Outras adições e exclusões permanentes	-	53.226	(3.294)	28.627
IR/CS diferido não constituído	7.206	(4.957)	7.206	-
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	-	-	(85.866)	(139.908)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	-	-	(7.583)	(3.673)
Alíquota efetiva	0%	0%	26%	27%

30.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.053.452	(1.894.052)	(840.600)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	14.453	-	14.453
Contratos de Concessão (b)	-	(157.967)	(157.967)
Aquisição Argo IV	9.994	(123.271)	(113.277)
Direito de Concessão	-	(34.068)	(34.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.077.899	(2.209.358)	(1.131.459)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	176.928	-	176.928
Contratos de Concessão (b)	(19.582)	(243.438)	(263.020)
Saldos em 31 de março de 2023	1.235.245	(2.452.796)	(1.217.551)

- (a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão.
- (b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de contrato (CPC 47) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

30. RESULTADO POR AÇÃO – CONTROLADORA

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>01/04/2023 a</u> <u>30/06/2023</u>	<u>01/01/2023 a</u> <u>30/06/2023</u>	<u>01/04/2022 a</u> <u>30/06/2022</u>	<u>01/01/2022 a</u> <u>30/06/2022</u>
Resultado básico por ação				
Numerador:				
Lucro líquido do exercício	121.219	321.196	141.966	381.873
Denominador:				
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	1.759.420	1.759.420	360.547	360.547
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	<u>0,0689</u>	<u>0,1826</u>	<u>0,3937</u>	<u>1,0591</u>

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Nota	Hierarquia	Controladora		Controladora	
			30/06/2023		31/12/2022	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	49.082	49.082	48.714	48.714
Total			49.082	49.082	48.714	48.714
Custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	130	130	149	149
Fundos vinculados – caixa restrito	5.2	2	14.985	14.985	16.894	16.894
Total Ativo			15.115	15.115	17.043	17.043
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	14	2	3.260	3.260	593	593
Ações preferenciais resgatáveis	18	2	-	-	206.461	206.461
Empréstimos e Financiamentos	19	2	171.152	171.152	225.853	225.853
Outros passivos			12.738	12.738	16.894	16.894
Total Passivo			187.150	187.150	449.801	449.801

	Nota	Hierarquia	Consolidado		Consolidado	
			30/06/2023		31/12/2022	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	279.889	279.889	397.459	397.459
Total			279.889	279.889	397.459	397.459
Custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	30.776	30.776	25.813	25.813
Contas a receber de clientes	6	2	85.409	85.409	81.233	81.233
Contas a receber (ativo da concessão)	8	2	-	-	7.417.876	7.417.876
Contas a receber (partes relacionadas)	23	2	2.383	2.383	3.136	3.136
Fundos vinculados – caixa restrito	5.2	2	159.151	159.151	157.213	157.213
Total Ativo			277.719	277.719	7.685.271	7.685.271
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	14	2	27.749	27.749	27.677	27.677
Ações preferenciais resgatáveis	18	2	-	-	206.461	206.461
Empréstimos e Financiamentos	19	2	3.078.048	3.078.048	3.151.392	3.151.392
Debêntures	20	2	587.836	621.713	595.023	598.236
Outros passivos		2	15.678	15.678	20.240	20.240
Total Passivo			3.709.311	3.743.188	4.000.793	4.000.793

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 (IFRS 7)- Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos

importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 30 de junho de 2023, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$ 85.409 (R\$ 81.233 em 31 de dezembro de 2022).

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; (iii) fundos vinculados – caixa restrito; e (iv) Empréstimos e debêntures.

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 30 de junho de 2023, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	Entre 37 meses em diante
Fornecedores	66.784	-	-	-
Financiamentos	321.397	96.060	150.550	2.510.042
Debêntures	63.195	34.093	55.780	434.768
Total	451.376	130.153	206.330	2.944.810

31.1 Análise de Sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 30 de junho de 2023, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 30 de junho de 2023, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no website da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 13,65% ao ano, para o IPCA é de 4,49% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 30 de junho de 2023 é de 7,28% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	30.776	4.201	3.151	1.578
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	279.889	38.205	28.654	15.438
Fundos restritos	Redução do CDI	159.151	21.724	16.293	8.586
Total		469.815	64.130	48.098	25.602
Financiamentos	Aumento da TJLP	2.112.140	153.764	115.323	59.219
Financiamentos	Aumento do IPCA	965.908	61.561	46.171	24.807
Debêntures	Aumento do IPCA	587.836	26.159	19.619	9.810
Total		3.665.884	241.483	181.113	93.835

32. SEGUROS

Em 30 de junho de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Valor segurado</u>	<u>Vigência</u>
Seguros - Riscos operacionais	Mapfre	800.000	30/09/2023
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	200.000	07/09/2023
Seguros - Equipamentos	Essor	1.783	02/08/2024
Seguros - Frotas	Sompo	Fipe	31/05/2024
D&O	Starr	25.000	25/03/2024

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 Atualização da Receita Anual Permitida (RAP)

Em 07 de junho de 2023, foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.216/2023, de 04 de julho de 2023, que estabeleceu os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) para o ciclo 2023-2024, sendo: para a ARGO I o valor de R\$ 603.805, para Argo II o montante de R\$ 55.814, para Argo III o valor de R\$ 101.862 e para Argo IV o montante é de R\$ 89.845.

33.2 Revisão tarifária (Argo III)

Em 2023, foi realizada a revisão tarifária da concessão da Argo III que através da Resolução Homologatória nº 3.205/2023, estabeleceu um percentual, em termos reais, de revisão tarifária de -1,89% para a RAP do ciclo 2023-2024. A Resolução Homologatória nº 3.216/2023 não contemplou a revisão tarifária apurada neste período. Esta divergência foi objeto de consulta junto a ANEEL conforme item 33.4.

33.3 Revisão tarifária (Argo IV)

Em 2023, foi realizada a revisão tarifária da concessão da Argo IV que através da Resolução Homologatória nº 3.205/2023, estabeleceu um percentual, em termos reais, de revisão tarifária de -3,55% para a RAP do ciclo 2023-2024. A Resolução Homologatória nº 3.216/2023 não contemplou a revisão tarifária apurada neste período. Esta divergência foi objeto de consulta junto a ANEEL conforme item 33.4.

33.4 Consulta a ANEEL

A Companhia realizou de forma espontânea uma consulta ao regulador (ANEEL), para informar a divergência entre as resoluções do reajuste anual da RAP (REH nº 3216/2023) e a da revisão tarifária (REH nº 3.205/2023) e está aguardando a resposta da ANEEL em relação ao recebimento da RAP das empresas Argo III e Argo IV para o ciclo 2023-2024.

* * *

José Aloise Ragone Filho
Diretor de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O